



Microsoft quer indeniza  o por uso de software pirata

O Superior Tribunal de Justiça vai apreciar o pedido de indeniza  o da Microsoft Corporation em a  o movida contra uma empresa de engenharia, do Rio de Janeiro, pelo uso de programas de computador sem licença, ou seja, piratas. O julgamento está marcado para o dia 21 de agosto e ficará por conta da 4   Turma decidir se cabe ou não indeniza  o.

A disputa judicial começou em 1998. A Microsoft ajuizou a  o contra a empresa Sergen    Serviços Gerais de Engenharia e conseguiu autoriza  o para vistoriar computadores nos quais estariam instalados programas (softwares) irregulares. Ao detectar centenas de programas sem licença, a Microsoft ingressou com pedido de perdas e danos contra a Sergen. A empresa afirma ter apresentado todas as licenças dos programas.

No STJ, a Microsoft tenta restabelecer decisão favorável a ela concedida na primeira instância. O juiz determinou que fosse feita uma nova perícia, estabeleceu o valor da causa em três mil vezes o preço de cada software utilizado ilegalmente e fixou a cau  o a ser prestada em 25% do valor da causa.

Na nova perícia, concluíram que não havia programas irregulares. A Sergen apresentou notas fiscais e discos de instala  o, mas não mostrou os certificados com as licenças de instala  o. Ao final, o juiz não considerou suficientes os documentos apresentados pela empresa.

Essa decisão, contudo, foi revertida em apela  o da Sergen no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, onde se considerou que o juiz deveria ter fundamentado a não-ado  o do laudo pericial para decidir pela condena  o ao pagamento de indeniza  o. Por isso, as duas empresas recorreram ao STJ.

REsp 913.004

Autores: Reda  o ConJur